



JUVENTUDES BRASILEIRAS MINORIZADAS

Análises de educação e trabalho para
incidência em Políticas Públicas

SUMÁRIO EXECUTIVO

Realização:



Fundação
Roberto
Marinho



Fundação
Itaú



Itaú Educação
e Trabalho



iede
Interdisciplinaridade e Evidências
no Debate Educacional

Parceria:



unicef
para cada criança



JUVENTUDES BRASILEIRAS MINORIZADAS

Análises de educação e trabalho para
incidência em Políticas Públicas

SUMÁRIO EXECUTIVO

Realização:



Parceria:



APRESENTAÇÃO

As juventudes brasileiras são parte constitutiva do país: expressam sua diversidade, suas desigualdades e suas possibilidades de transformação. No Brasil, são cerca de 46,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que representa aproximadamente um quarto da população.

Como sujeitos de direitos, essas juventudes vivenciam, em suas trajetórias, os efeitos das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira, especialmente no acesso à educação, nas oportunidades de inserção no mundo do trabalho e nas condições de construção de projetos de vida.

A coletânea *Juventudes Brasileiras Minorizadas: análises sobre educação e trabalho para incidência em políticas públicas* é uma realização da Fundação Roberto Marinho, do Itaú Educação e Trabalho e do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE), em parceria com a iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO/UNICEF).

A publicação se insere na agenda da Plataforma QEduc Juventudes e Trabalho, que reúne e organiza evidências sobre as trajetórias educacionais e laborais das juventudes

brasileiras, contribuindo para qualificar o debate público e apoiar a formulação de políticas mais efetivas.

A obra amplia esse olhar ao incorporar perfis de juventudes que enfrentam múltiplas barreiras no acesso a direitos.

A escolha dos perfis analisados nesta obra reflete o compromisso das instituições envolvidas em qualificar o debate sobre as desigualdades que afetam as juventudes, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilização.

Esses perfis correspondem a grupos priorizados pela iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO/UNICEF), por concentrarem múltiplas vulnerabilidades e cujas especificidades ainda não são plenamente incorporadas pelas políticas públicas. Suas trajetórias evidenciam, de forma mais aguda, os limites das respostas institucionais atualmente disponíveis.

Ao reunir especialistas de diferentes áreas do conhecimento, esta coletânea lança luz sobre essas realidades, articulando análise de dados, revisão de literatura e escuta de jovens. O resultado é um con-

junto de análises que evidenciam não apenas os desafios enfrentados por esses grupos, mas também as lacunas e oportunidades para a ação pública.

Dessa maneira, para além do diagnóstico, esta obra se coloca como um instrumento de incidência. **Ao evidenciar padrões de desigualdade e dar visibilidade a grupos historicamente negligenciados, busca contribuir para o avanço de políticas públicas mais integradas, equitativas e orientadas por evidências.**

Este sumário executivo organiza os principais achados da coletânea e apresenta as contribuições de cada autora e autor. Não substitui a leitura da obra completa. Ao contrário, pretende convidar o leitor a aprofundar as análises aqui sintetizadas e a se engajar no debate sobre os caminhos necessários para garantir às juventudes brasileiras o pleno exercício de seus direitos.

Realização:



Fundação
Roberto
Marinho



Fundação
Itaú



Educação
e Trabalho



iede
Interdisciplinaridade e Evidências
no Debate Educacional

Parceria:



unicef
para cada criança

INTRODUÇÃO

A coletânea reúne 14 artigos elaborados por especialistas de referência nacional, cada um dedicado à análise das condições de educação e de inserção no mundo do trabalho de diferentes perfis de juventudes em contextos de maior vulnerabilização, e depoimentos de jovens.

Com base na análise de dados secundários, com destaque para a PNAD Contínua/IBGE de 2012 a 2025, o Censo Demográfico de 2022, a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, o Censo Escolar/INEP de 2024 e o Saeb/MEC de 2023, além de revisão de literatura e depoimentos de jovens, os artigos oferecem um olhar aprofundado sobre essas realidades, complementado por estudos acadêmicos e da sociedade civil em contextos de escassez de dados oficiais.

A obra está organizada em quatro seções temáticas orientadas por desafios estruturais e dinâmicas de resistência das juventudes brasileiras. A primeira, **Políticas Públicas e Desigualdades Estruturais**, demonstra como raça, renda e marcos institucionais convergem na urgência de uma Política de Estado permanente, capaz de romper ciclos de exclusão que vitimam majoritariamente jovens negros e em situação de pobre-

za. Em seguida, **Território, Identidade e Pertencimento** aborda as juventudes indígenas, quilombolas e do campo, cujas trajetórias reafirmam o território como lugar de memória e resistência, exigindo o direito à permanência com dignidade.

O bloco **Educação e Transições para o Mundo do Trabalho** afirma a importância da escola pública como elo de proteção para estudantes, em especial aqueles com deficiência, LGBTQIAPN+, jovens mães e jovens mulheres em STEAM (sigla em inglês de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), focando na superação de estigmas e barreiras que interrompem percursos formativos. Por fim,

1 A denominação LGBTQIAPN+ representa a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais: "L" lésbicas, "G" para gays, "B" para pessoas bissexuais, "T" abrange as pessoas trans (travestis e transexuais), "Q" para queer (pessoas que questionam as normas sobre gênero e sexualidade ou que não se encaixam em classificações fixas), "I" para pessoas intersexo (nasceram com características sexuais diferentes das convencionais), "A" para pessoas assexuais ou aromânticas, "P" para as pessoas pansexuais (atração afetiva e/ou sexual independente do gênero), "N", por fim, refere-se às pessoas não binárias. O sinal + simboliza a abertura e o reconhecimento de outras vivências não nomeadas.

Rupturas e Vulnerabilidades mais intensas analisa jovens em medida socioeducativa, vítimas de trabalho infantil e refugiados, cujas trajetórias são marcadas por exclusões acumuladas, nas quais o acesso à educação e ao trabalho protegido é a condição para o resgate de seus projetos de vida.

Desse modo, o conjunto permite compreender, simultaneamente, as condições e especificidades de cada grupo, bem como os limites e as possibilidades das políticas públicas voltadas às juventudes, especialmente nos campos da educação e do trabalho. Possibilita, ainda, reconhecer padrões persistentes de desigualdade e exclusão no campo educacional e seus impactos diretos sobre a inserção no mundo do trabalho dos grupos analisados.

Na educação, predominam trajetórias escolares irregulares ou interrompidas, impactadas pelas dificuldades de acesso, distorção idade-série e baixos níveis de aprendizagem, decorrentes de barreiras estruturais associadas tanto à precariedade da oferta educacional quanto à baixa aderência dos currículos às realidades desses jovens.

No trabalho, prevalecem a informalidade, os baixos rendimentos e o acesso limitado a oportunidades de trabalho digno, aprofundando as desvantagens em relação aos jovens com maior renda e escolarização.

Como evidenciado nos diferentes capítulos da coletânea, essas trajetórias não são resultado de escolhas individuais isoladas, mas do acúmulo de desvantagens ao longo do tempo.

Nesse contexto, *Juventudes Brasileiras Minorizadas: análises sobre educação e trabalho para incidência em políticas públicas* se configura como um convite à reflexão e à ação. A obra contribui para o debate público ao evidenciar a necessidade de fortalecer políticas públicas capazes de garantir o direito à educação e ao trabalho digno para todos os jovens, reconhecendo suas especificidades e potencialidades. Aponta, ainda, para a urgência de construir respostas à altura dos desafios contemporâneos, assegurando a essas juventudes condições para uma existência digna, para o desenvolvimento e a expressão de seus talentos e para sua atuação plena como cidadãos.

Na seção a seguir, são apresentadas as contribuições de cada autora e autor, em blocos, destacando os principais temas abordados em seus artigos.

PARTE 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

Os artigos que abrem esta seção compõem o alicerce crítico necessário para compreender que as desigualdades brasileiras não são meras ocorrências conjunturais, mas fenômenos estruturais e racializados.

Ao entrelaçarem as dimensões de políticas públicas, raça e renda, as análises convergem para um diagnóstico incontornável: no Brasil, a pobreza tem cor e gênero definidos, evidenciados pelo fato de que, de acordo com a PNAD Contínua/IBGE de 2024, 74,9% dos jovens em situação de extrema pobreza² são negros e as mulheres negras representam 40% de toda a juventude pobre³.

Esse cenário revela que o racismo opera como um filtro que ordena o acesso à cidadania, demandando que as políticas públicas superem a lógica de “políticas de governo” passageiras para se consolidarem como uma Política de Estado permanente, simbolizada pela urgência de um Plano Nacional das Juventudes (PNJ) decenal com orçamento estável, metas e monitoramento.

Os esforços públicos devem ter como objetivo mecanismos que enfrentem a pobreza intergeracional e a exclusão sistemática, garantindo que os direitos previstos no Estatuto da Juventude se convertam em garantias concretas para quem mais depende da ação pública.

2 A linha de extrema pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 2,15 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 218, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

3 A linha de pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 6,85 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 695, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



Políticas Públicas para e com as Juventudes: direitos, protagonismo e os caminhos para a construção de uma política de Estado no Brasil

Marcus Barão⁴

No artigo de Marcus Barão, é apresentada uma análise das políticas públicas de juventude no Brasil ao longo das últimas duas décadas. O autor evidencia que, embora o país tenha acumulado avanços normativos e institucionais importantes, esses progressos não se traduziram na consolidação de uma Política de Estado capaz de assegurar continuidade, coordenação e efetividade na promoção de direitos.

Esse cenário se reflete em um quadro persistente de desigualdades que atravessam as trajetórias juvenis, marcado por exclusão educacional, inserção precária no mundo do trabalho, desigualdades raciais e territoriais, pobreza e violência, dinâmicas que se agravaram no contexto recente da pandemia de Covid-19.

Ao mesmo tempo, ele chama atenção para o papel estratégico das juventudes no Brasil contemporâneo, especialmente diante das transformações demográficas, tecnológicas e produtivas em curso. Nesse contexto, a capacidade do país de garantir direitos às juventudes torna-se decisiva para o desenvolvimento social, econômico e democrático.



População jovem (15-29 anos)

2025: 46,5 milhões
2012: 51 milhões

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2012 e 2025.

Educação e Trabalho

- ★ Cerca de 7,9 milhões de jovens (17%) entre 15 e 29 anos estão fora da escola sem concluir a educação básica, desses 7 em cada 10 são negros.

⁴ Empreendedor social, ativista e especialista em políticas públicas de juventude. Integrou a Rede de Líderes da Fundação Lemann e conselhos de diversas organizações, com destaque para o Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho.

- ★ Aproximadamente 9 milhões de jovens na mesma faixa etária não estudam nem trabalham.
- ★ 65% dos jovens na mesma faixa etária que trabalham no setor informal são negros.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.

Fragilidades das políticas

As iniciativas voltadas às juventudes são, predominantemente, estruturadas pela lógica de políticas de governo, ou seja, são dependentes de prioridades conjunturais e vulneráveis a descontinuidades entre ciclos políticos.

Para o autor, a ausência de um Plano Nacional das Juventudes aprovado, implementado e monitorado ao longo do tempo constitui uma expressão concreta de fragilidade. Outros aspectos relevantes são:

- ★ Subfinanciamento: baixos níveis de investimento direto, elevada instabilidade entre exercícios fiscais e limitada capacidade de indução federativa.
- ★ Fragmentação institucional: as políticas tendem a ser dispersas entre ministérios e órgãos de governo.
- ★ Ausência de um sistema integrado de monitoramento e avaliação: apesar das bases de dados e de iniciativas de produção de informação existentes, o país não tem um sistema contínuo e integrado de acompanhamento das condições de vida das juventudes.
- ★ Precariedade dos mecanismos de participação e controle social: há processos de escuta das juventudes, porém faltam mecanismos de participação qualificada das juventudes na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas.

É fundamental que a agenda de políticas públicas para e com as juventudes ocupe posição central no projeto de desenvolvimento brasileiro. Em um contexto de transição demográfica, aprofundamento das desigualdades e transformações aceleradas, a capacidade do Estado de garantir direitos juvenis torna-se um critério deci-

sivo de sustentabilidade econômica, social e democrática. Isso exige políticas estruturadas como política de Estado, ancoradas em planejamento de longo prazo, governança sistêmica, financiamento adequado, participação social com capacidade real de incidência e produção permanente de evidências.

Marcus Barão

Um passo importante é avançar além dos diagnósticos, indo na direção da definição de critérios, caminhos institucionais e parâmetros de qualidade. Alguns caminhos para que isso seja possível são:

★ **Planejamento de longo prazo e política de Estado:**

estabelecer ciclos governamentais, organizar prioridades, distribuir responsabilidades e sustentar a implementação por meio de governança, financiamento e monitoramento contínuos.

★ **Implementação de um Plano Nacional das Juventudes:**

desenvolver um plano decenal, aprovado pelo Congresso Nacional com metas, objetivos e financiamento assegurado, além de monitoramento e avaliação e espaços institucionalizados e transversais de escuta e participação das juventudes.

★ **Governança sistêmica, coordenação e criação de um pacto pelas juventudes:**

estabelecer uma arquitetura de governança capaz de articular, de forma estável e coordenada, os setores governamentais, níveis federativos e instâncias de participação social, levando em conta o caráter transversal das trajetórias juvenis.

★ **Escuta e percepções das juventudes:**

consolidar processos de escuta qualificada como meio de legitimação, mas também como dispositivos de produção de conhecimento para orientar as decisões públicas.

★ **Juventudes minorizadas como critério transversal de suficiência:**

tratar as juventudes dessa forma significa pensar e implementar políticas para promover efeitos concretos nos grupos mais vulnerabilizados, avançando na superação dos desafios de forma sistemática e sustentada.



Juventude Negra Brasileira e o Desafio da Desigualdade

Ynaê Lopes dos Santos⁵

No artigo de Ynaê Lopes dos Santos, é analisado como as juventudes negras acumulam desvantagens estruturais em educação, trabalho e segurança, como expressão do racismo que organiza a sociedade brasileira.

A autora evidencia que, apesar de avanços nos indicadores educacionais ao longo da última década, as desigualdades em relação à população branca permanecem expressivas, afetando tanto o acesso quanto a permanência na escola e as oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

Um elemento transversal para a compreensão dessas trajetórias é a violência, que incide de forma desproporcional sobre a juventude negra e condiciona suas possibilidades de existência, mobilidade e futuro.

Uma pessoa negra foi vítima de homicídio a cada 12 minutos no Brasil, do início de janeiro de 2012 até o fim de 2022.

Em 2023, quase 22 mil jovens (15 a 29 anos) foram assassinados, sendo 80% negros.

Fonte: Atlas da Violência (Ipea/Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

No campo educacional, apesar da ampliação do acesso ao ensino médio e ensino superior, persistem desigualdades importantes. Jovens negros apresentam menores taxas de conclusão da educação básica e maior incidência de abandono escolar, evidenciando barreiras estruturais à permanência e ao sucesso escolar.

Políticas públicas como o Bolsa Família, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a Lei de Cotas contribuíram para avanços relevantes, especialmente no acesso ao ensino superior. No entanto, as desigualdades se mantêm de forma marcante entre grupos raciais e de gênero.

⁵ Professora de História da América da Universidade Federal Fluminense (UFF). É bacharel, mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP).



Indicadores educacionais - Jovens (15 a 29 anos)

Com pelo menos o ensino médio completo

Negros: 55,6%
Branco: 66,9%

Fora da escola sem concluir a educação básica

Negros: 22,2%
Branco: 12,8%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.
Nota: Percentual dentro de cada grupo.

No mundo do trabalho, essas desigualdades se aprofundam. Jovens negros enfrentam maiores taxas de desemprego, maior presença na informalidade e menor renda: mesmo com diploma superior, jovens negros ganham 22% menos que brancos.



Indicadores de trabalho - Jovens (15 a 29 anos)

Taxa de Desemprego

Negros: 13,4%
Branco: 10,2%

Taxa de Informalidade⁶

Negros: 48%
Branco: 37,8%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.
Nota: Percentual dentro de cada grupo.

A análise evidencia que a ampliação da escolaridade, embora necessária, não é suficiente para eliminar as desigualdades raciais, indicando a persistência de barreiras estruturais na transição entre educação e trabalho.

⁶ Ocupações informais: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares.





Esse contexto demonstra a necessidade da formulação de políticas públicas eficazes para enfrentar essas desigualdades [...] essas políticas devem fortalecer e ampliar as ações afirmativas, garantindo condições mais equânimes de acesso e permanência tanto na educação quanto no mercado de trabalho formal.

Ynaê Lopes dos Santos

O artigo aponta que o enfrentamento das desigualdades raciais exige políticas públicas estruturais e integradas, que articulem educação, trabalho e proteção social, com atenção às interseções de raça, gênero, classe e território. Destaca-se, ainda, a necessidade de fortalecer ações afirmativas e políticas de permanência, especialmente no ensino superior.

Educação e Trabalho de Jovens em Situação de Pobreza

Maíra Penna Franca⁷

No artigo de Maíra Penna Franca, é analisado como jovens em situação de pobreza e extrema pobreza vivenciam trajetórias marcadas por desigualdades acumuladas, que impactam a escolarização, a inserção no mundo do trabalho e as condições de vida na transição para a vida adulta.

A autora destaca que, quanto maior a vulnerabilidade socioeconômica, mais precoce tende a ser a saída da escola e mais limitada é a inserção no trabalho – frequentemente em ocupações precárias, reforçando um ciclo de desigualdades difícil de romper.

Além disso, a pobreza atinge de forma desproporcional jovens negros, especialmente mulheres negras, evidenciando a sobreposição de desigualdades de raça, gênero e renda.



⁷ Professora do Mestrado em Economia e Gestão Empresarial da Universidade Cândido Mendes. É mestre e doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).



Situação de pobreza no Brasil - Jovens (15 a 29 anos)

Extrema pobreza⁸: 1,7 milhão (3,7%)
Pobreza⁹: 11,9 milhões (25,4%)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024¹⁰.

No campo educacional, apesar dos avanços, os jovens pobres e extremamente pobres seguem com piores indicadores em relação à faixa etária em geral. O atraso escolar, a evasão e a baixa conclusão da educação básica são mais frequentes, refletindo a pressão para inserção precoce no trabalho e as condições de vulnerabilidade das famílias.



Fora da escola sem concluir a educação básica - Jovens (15 a 29 anos)

Jovens em extrema pobreza: 31,7%
Jovens em situação de pobreza: 30,4%
Jovens em geral: 19%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.
Nota: Percentual dentro de cada grupo.

No mundo do trabalho, os desafios são ainda mais intensos. Jovens em situação de pobreza, especialmente extrema pobreza, apresentam baixa participação no mercado de trabalho e predominância em ocupações informais.

⁸ A linha de extrema pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 2,15 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 218, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

⁹ A linha de pobreza equivale a rendimentos de até US\$ 6,85 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC). Em 2024, correspondeu a uma renda mensal per capita de R\$ 695, ajustado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

¹⁰ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas.



Trabalho e renda - Jovens (15 a 29 anos)

Taxa de ocupação

Jovens em extrema pobreza: 9,5%
Jovens em geral: 57%

Taxa de desemprego

Jovens em extrema pobreza: 68,9%
Jovens em geral: 11,8%

Taxa de informalidade

Jovens em extrema pobreza: 91,7%
Jovens em geral: 40,3%

Rendimento médio mensal

Jovens em extrema pobreza: R\$ 341
Jovens em geral: R\$ 2.197,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

Nota: Percentual dentro de cada grupo.

A análise evidencia que a pobreza entre jovens não se explica apenas por baixos salários, mas sobretudo pela dificuldade de inserção produtiva, marcada por longos períodos de desemprego e vínculos precários.



A elevação do desemprego e a persistência de níveis elevados de informalidade entre os jovens em situação de pobreza e extrema pobreza indicam que a integração ao mercado de trabalho permanece como um dos principais desafios [...] é necessária a articulação entre proteção de renda, progressão escolar e inclusão produtiva.

Maíra Penna Franca



Políticas existentes: potencial de articulação

- ★ **Bolsa Família:** Garante renda mínima às famílias, com potencial de maior integração a políticas educacionais e de inclusão produtiva.
- ★ **Pé-de-Meia:** Incentiva a permanência e a conclusão do ensino médio, podendo ser articulado a estratégias de recuperação da aprendizagem e orientação para o trabalho.
- ★ **Lei da Aprendizagem:** Favorece a transição entre escola e trabalho formal, ao combinar formação teórica com contrato protegido e direitos trabalhistas.

O artigo aponta que o enfrentamento da pobreza exige políticas públicas articuladas que combinem garantia de renda, permanência escolar e estratégias de inclusão produtiva. Destaca-se a necessidade de integrar iniciativas já existentes, como programas de transferência de renda, incentivo à conclusão escolar e políticas de acesso ao trabalho formal.

Também é fundamental considerar a situação das jovens mães, especialmente aquelas que são chefes de família, por meio da ampliação de políticas de cuidado, como acesso a creches e apoio à parentalidade, uma vez que enfrentam restrições adicionais para estudar e trabalhar.





PARTE 2

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

A questão do território é um dos fatores mais determinantes para as trajetórias educacionais das juventudes brasileiras, especialmente para aquelas vinculadas a comunidades tradicionais e ao meio rural.

Os artigos sobre juventudes quilombola, indígena e rural indicam que o território não é apenas um espaço geográfico, mas um lugar de construção de identidades. Contudo, muitas vezes, é marcado por uma lógica de exclusão e expulsão forçada.

As políticas públicas voltada a essas juventudes precisam assegurar o direito à permanência, promovendo uma educação que valorize saberes tradicionais e que permita ao jovem aplicar o conhecimento técnico e acadêmico para o bem-viver de sua própria comunidade, invertendo o ciclo histórico de marginalização.

Juventudes Indígenas no Brasil Hoje: trajetórias, perspectivas e bem viver

Rita Potyguara¹¹ e Melissa Oliveira¹²

No artigo de Rita Potyguara e Melissa Oliveira, é analisado como as juventudes indígenas têm ampliado seu acesso à educação nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que seguem enfrentando desigualdades persistentes e desafios estruturais para avançar nos estudos e na inserção no mundo do trabalho.

11 Doutora em Educação. Indígena do Povo Potiguara do Ceará. Membro da Coordenação Executiva do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e Diretora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil, onde coordena o Programa Povos Indígenas, Populações Negras e Comunidades Tradicionais.

12 Doutora em Antropologia, é pesquisadora associada ao Programa Povos Indígenas, Populações Negras e Comunidades Tradicionais, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil.

As autoras destacam que, embora haja melhoria nos indicadores educacionais, incluindo o crescimento do ingresso no ensino superior, as trajetórias dessas juventudes são marcadas pela precariedade da infraestrutura escolar nos territórios e pela necessidade de deslocamento para dar continuidade aos estudos, o que impõe custos sociais, culturais e econômicos relevantes.

No Brasil, existem 443 mil jovens indígenas (15 a 29 anos), o equivalente a 1% da população jovem do país. Desse total, 60% vivem fora de Terras Indígenas.

Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2022.

No campo educacional, persistem desigualdades importantes. A taxa de analfabetismo entre jovens indígenas é três vezes maior do que entre jovens não indígenas, e o acesso ao ensino médio nos territórios ainda é limitado, o que contribui para trajetórias escolares interrompidas ou marcadas por deslocamentos forçados para as cidades.



Educação e acesso ao ensino

- * Analfabetismo entre jovens indígenas: cerca de 6% (3 vezes maior que entre não indígenas).
- * A porcentagem de jovens indígenas (18 a 29 anos), com ensino médio completo é 12 pontos percentuais (p.p.) menor do que na juventude em geral: 42% contra 54%.

Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2022

No mundo do trabalho, os jovens indígenas apresentam taxas de ocupação menores e, quando inseridos, estão predominantemente em ocupações informais e com menores rendimentos. Essas desigualdades refletem tanto barreiras estruturais quanto a inadequação das estatísticas tradicionais para captar as formas próprias de organização econômica nos territórios indígenas.





Trabalho e renda – Jovens (25 a 29 anos)

Taxa de ocupação

Jovens indígenas: 50,9%
Jovens em geral: 68,3%

Rendimento médio do trabalho

Jovens indígenas: R\$ 1.496
Jovens em geral: R\$ 2.290

Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2022.

Nota: Percentual dentro de cada grupo.

As autoras também destacam que a inserção no mundo do trabalho das juventudes indígenas não se orienta exclusivamente pelo modelo de carreira individual, estando frequentemente associada ao fortalecimento da cultura, da sustentabilidade dos territórios e do bem viver. Nesse contexto, muitas atividades econômicas relevantes permanecem invisíveis nas estatísticas oficiais.

As juventudes indígenas estão expostas a múltiplas formas de violência, incluindo assassinatos e violência sexual.

Chama atenção também a elevada taxa de suicídio entre jovens indígenas, que chega a ser oito vezes maior do que entre jovens brancos e negros da mesma idade¹³.



As diversas vulnerabilidades que afetam as juventudes indígenas evidenciam a necessidade de construção de uma política nacional integrada que reconheça, efetivamente, os jovens indígenas como sujeitos de direito em suas especificidades.

Rita Potyguara e Melissa Oliveira

¹³ Estudo realizado por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade de Harvard, com dados de 2011 a 2022, com a população de 10 a 24 anos. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lana.2024.100691>

O artigo aponta que o principal desafio é construir políticas públicas integradas que articulem juventude e povos indígenas, considerando suas especificidades territoriais, culturais e econômicas. Destaca-se a necessidade de ampliar a oferta educacional nos territórios, fortalecer o acesso e a permanência no ensino superior e reconhecer formas próprias de trabalho e produção nos contextos indígenas.

Juventudes Quilombolas: trajetórias educativas, trabalhos e territorialidades

Maria Albenize Farias Malcher¹⁴ e Melissa Santana de Oliveira¹⁵

Em seu artigo, Maria Albenize Farias Malcher e Melissa Santana de Oliveira analisam como as juventudes quilombolas vêm ampliando o acesso à educação, fortalecendo sua identidade, o acesso a direitos e sua permanência nos territórios.

Apesar desses avanços, persistem desigualdades importantes nos indicadores educacionais, evidenciando barreiras estruturais que impactam as trajetórias escolares e as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, de modo a fortalecer os territórios quilombolas.

A população quilombola

A população quilombola foi reconhecida pela primeira vez como grupo étnico no Censo Demográfico de 2022:

- * 1,33 milhão de pessoas (0,65% da população) – 25% têm entre 15 e 29 anos
- * Presença em 1.696 municípios.
- * 62% dos jovens quilombolas vivem em áreas rurais.
- * 87% dos jovens estão fora de territórios quilombolas.

Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2022.

¹⁴ Professora do Instituto Federal do Pará (IFPA) e membro Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará.

¹⁵ Doutora em Antropologia, é pesquisadora associada ao Programa Povos Indígenas, Populações Negras e Comunidades Tradicionais, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil.

As juventudes quilombolas representam uma parcela significativa da população em seus territórios e desempenham papel central na continuidade deles. O fortalecimento da identidade quilombola, por meio da autoidentificação, tem contribuído para a ampliação do acesso a direitos, especialmente na educação.

No entanto, os desafios educacionais permanecem expressivos. Embora haja crescimento nas matrículas no ensino médio e no ensino superior, jovens quilombolas apresentam maiores taxas de analfabetismo e atraso escolar em comparação à população geral.

Educação: avanços e desigualdades

- ★ Entre quilombolas com 15 anos ou mais, a taxa de alfabetização é de 81% frente a média nacional de 93%.
- ★ As matrículas no ensino médio em escolas quilombolas cresceram 57% na década 2014–2024. Porém, cerca de 30% dos estudantes estão em atraso escolar ante a 17,8% na média nacional.
- ★ Ingresso de quilombolas no ensino superior via Sistema de Seleção Unificada (Sisu) aumentou 41% entre 2024 e 2025¹⁶.

Fonte: Censo Escolar/Inep, 2024; Censo Demográfico/IBGE, 2022; MEC/Brasil, 2025.

No mundo do trabalho, a trajetória das juventudes quilombolas está profundamente vinculada ao território. O acesso à educação, especialmente ao ensino superior, amplia oportunidades, mas é preciso criar caminhos para que possam viver em seus territórios, contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das comunidades.

16 BRASIL. Ministério da Educação. Panorama MEC: inclusão no ensino superior. Brasília, DF: MEC, mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/infograficos/educacao-superior/documentos/mar-2025.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2026.

Educação, retorno ao território e desenvolvimento local

Na pesquisa de campo desenvolvida pelas autoras no território Campo Verde, em Concórdia do Pará (PA), foi constatado que a implantação de uma escola local ampliou o acesso à educação e possibilitou o ingresso de jovens quilombolas no ensino superior por meio de ações afirmativas.

Após a formação, 90% dos jovens retornam ao território, onde passam a ocupar funções estratégicas, contribuindo para a melhoria das condições de vida da comunidade e para a proteção dos territórios.

O trabalho, para as juventudes quilombolas, não se limita à inserção em mercados urbanos, mas também está associado à valorização dos territórios e à construção de alternativas de desenvolvimento local.

O sucesso profissional da juventude quilombola é indissociável da proteção de seus territórios, servindo como guia para políticas públicas que garantam o combate ao racismo estrutural e o acesso a uma cidadania plena [...].

**Maria Albenize Farias Malcher e
Melissa Santana de Oliveira**

O artigo aponta que o fortalecimento das trajetórias das juventudes quilombolas exige políticas públicas integradas, que articulem educação, trabalho e garantia de direitos territoriais. Destaca-se a importância de ampliar a oferta educacional nos territórios, fortalecer ações afirmativas e promover estratégias de inclusão produtiva alinhadas às realidades locais.

Também se evidencia a necessidade de avançar em agendas estruturantes, como a regularização dos territórios, a ampliação da proteção social,

especialmente para as mulheres, o acesso à internet e à formação digital e o apoio a iniciativas produtivas, científicas e culturais lideradas por essas juventudes.

Juventudes do Campo: educação e trabalho no centro da cena

Álida Angélica Alves Leal¹⁷ e Symaira Poliana Nonato¹⁸

As autoras argumentam que as juventudes do campo enfrentam uma dissociação entre suas realidades de vida e as possibilidades de acesso à educação básica, ensino superior e ao mundo do trabalho, apesar dos avanços das políticas públicas nos anos recentes.

A persistência de uma visão pejorativa do meio rural como espaço “atrasado” ou residual contribui para a invisibilização das juventudes rurais em sua multiplicidade (filhos de agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, assentados etc.) e como sujeitos de direito detentores de saberes e modos de vida próprios.

Jovens do campo

A população jovem rural passou de 7,2 milhões (14,2%) em 2014 para 5,8 milhões (12,2%) em 2024.

Em 2024, a proporção de jovens negros que viviam em áreas rurais era superior à de brancos: 14,3% e 9,0%, respectivamente.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2014 e 2024.

¹⁷ Licenciada em Geografia, doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutorado em educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universitat de Barcelona. Professora adjunta da Faculdade de Educação da UFMG, coordenadora de área do curso de Licenciatura em Educação do Campo (2025–2027). Compõe a equipe de Coordenação do Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG.

¹⁸ Pedagoga, doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora adjunta da Faculdade de Educação da UFMG. Coordenadora geral do Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG.



Desigualdades na educação – Jovens (15 a 29 anos)

Fora da escola sem concluir a educação básica

Jovens em áreas rurais: 33%

Jovens em áreas urbanas: 16,5%

Não trabalham, nem estudam

Jovens em áreas rurais: 28,8%

Jovens em áreas urbanas: 17%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

Nota: Percentual dentro de cada grupo.



Desigualdades no mundo do trabalho – Jovens (15 a 29 anos)

Taxa de ocupação

Jovens em áreas rurais: 46,8%

Jovens em áreas urbanas: 57,6%

Taxa de informalidade¹⁹

Jovens em áreas rurais: 69%

Jovens em áreas urbanas: 41%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

Nota: Percentual dentro de cada grupo.

¹⁹ Ocupações informais: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares.



O enfrentamento das desigualdades que atravessam as juventudes do campo requer políticas que articulem, simultaneamente, educação, trabalho, terra, território, cultura e sustentabilidade ambiental. [...] Trata-se de reconhecer essas juventudes como sujeitas/os políticas/os que reivindicam não apenas oportunidades educacionais e laborais, mas o direito de existir, viver e produzir conhecimento em seus territórios.

**Álida Angélica Alves Leal e
Symaira Poliana Nonato**

Nas últimas décadas, políticas públicas para o campo têm buscado valorizar as especificidades das populações e dos territórios, reconhecendo que o campo é espaço de produção de saberes.

No entanto, as autoras enfatizam que há a necessidade de criação de condições efetivas para que os jovens possam estudar e permanecer no campo, em consonância com seus modos e perspectivas de vida. Para elas, isso depende de articulação de várias dimensões: educação, trabalho, terra, território, cultura e sustentabilidade ambiental.





PARTE 3

EDUCAÇÃO E TRANSIÇÕES PARA O TRABALHO

A escola pública é um elo que conecta as vivências de jovens com deficiência, LGBTQIAPN+, jovens mulheres de carreiras STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) e jovens mães, devendo atuar como um hub de proteção, aprendizagem, desenvolvimento, incentivo e ponte para o mundo do trabalho.

Entretanto, barreiras severas ainda expulsam esses jovens, como o bullying que atinge estudantes LGBTQIAPN+, a falta de acessibilidade e apoio que impedem os estudantes com deficiência de avançar nos estudos, o “funil” que leva à sub-representação de mulheres negras em carreiras tecnológicas e a maternidade precoce que afasta as adolescentes dos estudos.

O fortalecimento da escola exige investimentos em infraestrutura, formação de professores e o atendimento de necessidades específicas, como por exemplo a oferta de creches para os filhos de mães adolescentes, a fim de que a educação seja o caminho efetivo para a autonomia e a inserção laboral digna.

Juventudes de Escolas Públicas: sonhos, educação e trabalho

Arthur Cassio de Oliveira Vieira²⁰

O impacto das desigualdades socioeconômicas nas trajetórias educacionais dos jovens de ensino médio das escolas públicas e, conseqüentemente, nas perspectivas de inserção no mundo do trabalho é o eixo de análise do artigo de Arthur Cassio de Oliveira Vieira.

²⁰ Professor do Departamento de Educação do Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/ UFRN). Historiador e pedagogo.

O autor destaca que esses estudantes – majoritariamente pretos, pardos e de baixa renda – concentram desvantagens que se expressam em piores indicadores de aprendizagem, maiores taxas de insucesso escolar e elevada distorção idade-série, em comparação aos estudantes da rede privada.

O artigo evidencia como essas condições impactam diretamente a construção de projetos de vida, a materialização de seus sonhos e as expectativas em relação ao trabalho, revelando a centralidade da escola pública tanto na reprodução quanto na possibilidade de superação das desigualdades.



A pesquisa *Juventudes, Educação e Projeto de Vida* mostra que 59,5% dos jovens de escolas públicas têm como principal sonho concluir os estudos. Além disso, 46,6% mencionam o desejo de realização profissional em uma área com a qual se identifiquem.

Fonte: FRM/Plano CDE, 2020.

Ao mesmo tempo, o autor aponta que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio pode desempenhar um papel estratégico na materialização dos sonhos das juventudes de escolas públicas ao integrar formação geral e humana, qualificação profissional e desenvolvimento do projeto de vida.



A pesquisa *Juventudes Fora da Escola* mostra que 3 em cada 4 jovens entrevistados querem retomar os estudos. Entre eles, 77% veem o ensino técnico como uma opção interessante, sobretudo pela busca por empregabilidade.

Fonte: FRM/Itaú Educação e Trabalho, 2024.



Aprendizado adequado²¹ – 3ª série do ensino médio (Saeb 2023)

Língua Portuguesa

Escola pública: 32,5%
Escola privada: 66,7%

21 "Aprendizado adequado" é uma classificação não oficial baseada nos níveis do Saeb, que considera estudantes nas categorias Proficiente e Avançado, seguindo parâmetros definidos pelo movimento Todos Pela Educação e adotados pelo QEDu.

Matemática

Escola pública: 5,2%
Escola privada: 30,5%

Fonte: Saeb/INEP, 2023. Dados sistematizados pelo Iede.

Indicadores de mercado de trabalho por nível de escolaridade - Jovens (18 a 29 anos)

	Taxa de ocupação ²²	Taxa de desemprego	Taxa de informalidade ²³	Renda média do trabalho (R\$)
Sem o ensino médio completo	55,6%	12,8%	60,2%	1.602,08
Com ensino médio regular²⁴	67,7%	12,4%	39,5%	1.841,90
Com ensino médio técnico²⁵	76,7%	10,1%	31,3%	2.121,94
Superior completo	84,7%	6,2%	30,3%	3.956,07

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

Os dados educacionais revelam desafios persistentes que comprometem a conclusão da educação básica e, conseqüentemente, limitam as possibilidades de inserção no trabalho em melhores condições, especialmente entre estudantes pretos e pardos.

22 Percentual de jovens de 18 a 29 anos ocupados em relação às pessoas de 18 a 29 anos.

23 Ocupações informais: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares.

24 Sem avançar para o ensino superior.

25 Sem avançar para o ensino superior.



Ainda é persistente no Brasil uma visão de formação para o trabalho como algo separado da formação geral. Um novo olhar para esta dinâmica pode fomentar um modelo de educação pautado em habilidades e competências, mas que tem como finalidade maior o desenvolvimento social e humano, apontando para um futuro diferente.

Arthur Cassio de Oliveira Vieira

O mundo do trabalho está sendo moldado, de forma acelerada, pelos avanços tecnológicos, incluindo a inteligência artificial, a flexibilização das relações laborais, as mudanças climáticas, entre outros fatores, o que impõe o desafio de sintonizar a educação com demandas emergentes e ainda não totalmente conhecidas.

Nesse cenário, é necessário fortalecer as políticas de formação continuada de professores, letramento digital, diálogo entre governos, escolas e mundo do trabalho, além do investimento em áreas estratégicas como tecnologia e economia verde.

Também é necessário compreender as expectativas dos jovens alinhadas à visão de desenvolvimento econômico, enfocando na disseminação de conhecimento sobre as novas economias e profissões do futuro.

Jovens com Deficiência Existem: um olhar sobre as desigualdades educacionais e no mercado de trabalho

Luanda Chaves Botelho²⁶

As juventudes com deficiência enfrentam restrições significativas de participação na educação e no trabalho, como analisa Luanda Chaves Botelho em seu artigo. Segundo a Pnad Contínua 2022, módulo específico sobre pessoas com deficiência, há 1,7 milhão de jovens de 15 a 29 anos com deficiência no Brasil, o que corresponde a 3,5% da população jovem²⁷.

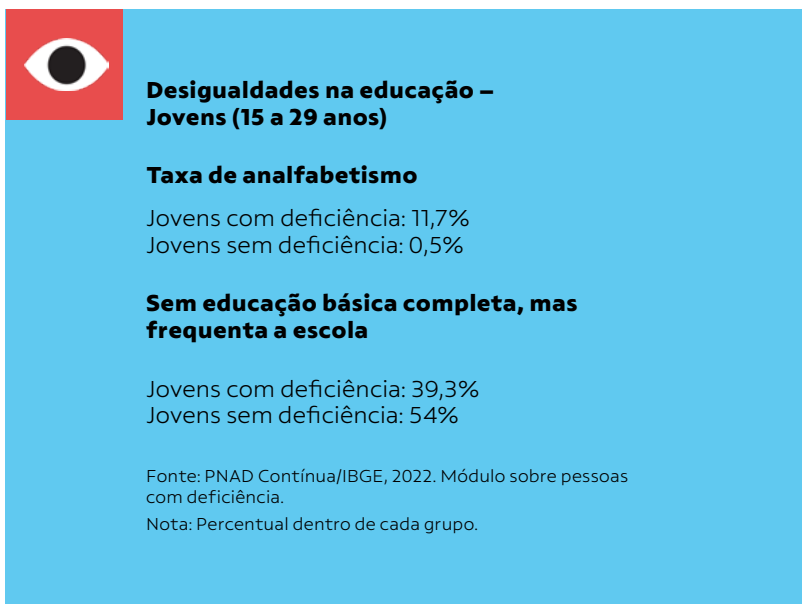
²⁶ Mestre em Sociologia e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com pesquisa sobre mulheres com deficiência e mercado de trabalho. Integra o corpo docente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

²⁷ De acordo com a PNAD Contínua, módulo Pessoas com Deficiência, considera-se pessoa com deficiência o morador de 2 anos ou mais que declarou ter muita dificuldade ou não conseguir realizar, de modo algum, ao menos uma das atividades investigadas relacionadas a domínios funcionais, como enxergar, ouvir, locomover-se, aprender/concentrar-se, autocuidar-se ou se comunicar.

A autora alinha-se com o modelo social de deficiência, ou seja, reconhece a deficiência como resultado da interação entre impedimentos individuais e as barreiras existentes na sociedade, como preconiza a legislação brasileira, a qual se pauta pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU).

O artigo demonstra que esses jovens apresentam desvantagens consistentes em relação àqueles sem deficiência, com maiores taxas de analfabetismo, menor escolarização e menor frequência escolar. Essas desigualdades refletem o acúmulo de barreiras ao longo da trajetória educacional, comprometendo o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica.

No mundo do trabalho, as desigualdades se aprofundam: jovens com deficiência têm menor taxa de ocupação, maior presença na informalidade e rendimentos inferiores. Essas desvantagens são ainda mais intensas entre jovens com deficiência severa²⁸, mulheres e jovens pretos, pardos e indígenas, evidenciando a sobreposição de desigualdades.



²⁸ Foram consideradas com deficiência severa aquelas que responderam ter no máximo muita dificuldade em realizar pelo menos uma das funções investigadas pelo IBGE.



Desigualdades no trabalho – Jovens (15 a 29 anos)

Proporção de jovens ocupados

Jovens com deficiência: 38,1%
Jovens sem deficiência: 55,7%

Taxa de Informalidade²⁹

Jovens com deficiência: 56,3%
Jovens sem deficiência: 45,5%

Rendimento médio do trabalho

Jovens com deficiência: R\$1.503
Jovens sem deficiência: R\$ 1.860

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2022. Módulo sobre pessoas com deficiência.

Nota: Percentual dentro de cada grupo.



A análise da autora reforça que essas desigualdades não decorrem dos impedimentos das pessoas, mas das barreiras sociais, institucionais e atitudinais que limitam a participação plena desses jovens, em consonância com o modelo social da deficiência.



Os jovens com deficiência estão em desvantagem em comparação com os jovens sem deficiência em todas as dimensões analisadas, o que revela que a atenção específica ao grupo em matéria de direitos e políticas públicas segue absolutamente necessária.

Luanda Chaves Botelho

²⁹ Proporção de jovens em ocupações informais: ocupações sem carteira assinada, sem vínculo estatutário público e sem contribuição para a previdência social.

A autora destaca que, na educação, é preciso atenção especial aos jovens em domicílios localizados em áreas rurais e aos jovens com deficiência profunda³⁰, que estão em situação de maior vulnerabilidade, fomentando a educação e a qualificação profissional em nível médio. Também defende o fortalecimento da acessibilidade, investimento em formação docente, intensificação das ações de busca ativa e ampliação das políticas de acesso ao ensino superior, entre outras.

E no que diz respeito ao trabalho, é preciso aprimorar a Lei de Cotas (Lei 8.213/1991), estendendo as cotas a empresas com menos de 100 empregados, ampliar o percentual de vagas reservadas e fortalecer a fiscalização, além de outras medidas.

Juventudes LGBTQIAPN+ no Brasil

Renan Quinalha³¹

Em seu artigo, Renan Quinalha analisa como as juventudes LGBTQIAPN+³² vivenciam trajetórias marcadas por desigualdades sociais, discriminação e restrições no acesso a direitos, tanto na educação quanto no mundo do trabalho.

O autor destaca que a compreensão dessas trajetórias é limitada pela escassez de dados oficiais, especialmente sobre as juventudes, o que dificulta a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas voltadas a esse público.

No campo educacional, a violência é um fator central de exclusão. Jovens LGBTQIAPN+ são vítimas frequentes de agressões verbais, físicas e de cyberbullying, o que impacta diretamente sua permanência e trajetória escolar. A fragilidade das ações estruturadas de combate à discriminação nas escolas agrava esse cenário.

30 Segundo definição adotada pelo IBGE na PNAD Contínua, deficiência profunda diz respeito às pessoas que afirmaram não conseguir de modo algum realizar pelo menos uma das funções investigadas (enxergar, ouvir, mobilidade dos membros inferiores, coordenação motora fina e funções mentais).

31 Professor de direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Conselheiro Titular pelo Segmento Gay do Conselho Estadual LGBTQIAPN+ do estado de São Paulo.

32 A denominação LGBTQIAPN+ representa a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais: "L" lésbicas, "G" para gays, "B" para pessoas bissexuais, "T" abrange as pessoas trans (travestis e transexuais), "Q" para queer (pessoas que questionam as normas sobre gênero e sexualidade ou que não se encaixam em classificações fixas), "I" para pessoas intersexo (nasceram com características sexuais diferentes das convencionais), "A" para pessoas assexuais ou aromânticas, "P" para as pessoas pansexuais (atração afetiva e/ou sexual independente do gênero), "N", por fim, refere-se às pessoas não binárias. O sinal + simboliza a abertura e o reconhecimento de outras vivências não nomeadas.



Violência e permanência na escola

- * 90% sofreram agressão verbal.
- * 38% sofreram violência física.
- * 31% sofreram cyberbullying.
- * 3 em cada 4 escolas não têm ações de combate à homofobia.

Fonte: Aliança Nacional LGBTI+; Todos Pela Educação.

No mundo do trabalho, os dados, ainda escassos, apontam para um cenário de exclusão estrutural. Jovens LGBTQIAPN+ enfrentam dificuldades de acesso ao emprego formal, maior presença em ocupações precárias e ambientes marcados por discriminação e insegurança.



Trabalho e discriminação

- * Apenas 1 em cada 4 pessoas LGBTQIA+ acessou emprego formal (2023–2024).
- * 72,7% relatam ter sofrido preconceito no trabalho.
- * 54% não se sentem seguras para assumir sua identidade no ambiente profissional.
- * Estima-se que 90% das pessoas trans estejam em subemprego³³ ou prostituição.

Fonte: ANTRA, Fundo Positivo e Instituto Matizes, Plataforma #VoteLGBT e Box1824, Mais Diversidade.

Além das barreiras na educação e no trabalho, o artigo destaca desafios estruturais que atravessam essas juventudes, como a violência, os impactos na saúde mental, a baixa representatividade e a invisibilidade estatística.

33 Subemprego, de acordo com o IBGE, refere-se ao trabalho informal, inserção precária com baixa remuneração ou subutilização da qualificação do profissional.



Dado o cenário aqui retratado, nota-se que o contraste entre políticas e realidade vivida por jovens LGBTQIA+ aparece de modo contundente nas evidências sobre violência e vulnerabilidade [...] esse quadro demanda respostas intersetoriais e metas explícitas de redução da violência e garantia de cidadania.

Renan Quinalha

O artigo aponta que, apesar de avanços recentes, como a retomada de políticas institucionais e programas voltados à empregabilidade e à proteção nas escolas, ainda há fragilidades na implementação. Destaca-se, sobretudo, a necessidade de superar a invisibilidade estatística e fortalecer políticas públicas integradas que articulem educação, trabalho, saúde e proteção social.

Gravidez na Adolescência: impactos educacionais, laborais, sociais e afetivos

Alessandra Sampaio Chacham³⁴

No artigo de Alessandra Sampaio Chacham, é analisado como a gravidez na adolescência se relaciona a diferentes dimensões de vulnerabilidade, como pobreza, evasão escolar, inserção precária no mundo do trabalho, desigualdades de gênero e violência e, ao mesmo tempo, contribui para intensificá-las ao longo da trajetória das jovens.

A autora destaca que os impactos variam conforme a idade, sendo mais intensos quanto mais cedo é a gravidez. Nesses casos, há maiores prejuízos à trajetória escolar, à inserção no mundo do trabalho e maior exposição a relações abusivas.



A taxa de fecundidade está em queda, mas ainda é elevada, sobretudo para adolescentes negras.

A proporção de nascidos vivos de mães com menos de 20 anos caiu de 18,9% (2014) para 11,4% (2024), mas permanece alta no país. Além disso, 73% dos nascimentos nessa faixa etária são de jovens negras.

Fonte: SINASC/DATASUS/MS.

³⁴ Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre em Sociologia pela California State University at East Bay.

Perfil das mães adolescentes

Baixa renda

- * 65% das jovens adolescentes de 15 a 19 anos que tiveram filhos³⁵ vivem em domicílios com renda per capita de até meio salário-mínimo.

Fonte: PNS/IBGE, 2019.

Maior exposição à violência

Entre adolescentes que engravidaram com até 16 anos (Pesquisa realizada pelas autoras):

- * 33,6% sofreram violência física de parceiro, em comparação com 11,3% entre aquelas que nunca engravidaram.
- * Mais da metade vivenciou situações de controle e coerção.

Fonte: CHACHAM et al., 2007,2012, 2016³⁶.

A maternidade na adolescência impacta de forma significativa a relação com a educação e o trabalho. Entre as adolescentes, observa-se uma forte redução na permanência escolar e na participação em atividades produtivas, com aumento expressivo do grupo que não estuda nem trabalha.

Na educação, os dados sinalizam uma associação entre gravidez e prejuízos para a trajetória escolar em relação às jovens que não engravidaram. De acordo com a PNAD Contínua/IBGE de 2024, a gravidez é o segundo principal motivo apontado pelas jovens mulheres para não frequentarem a escola.



35 Jovens que tiveram pelo menos um parto.

36 Pesquisas com mais de 700 jovens (15–24 anos) em comunidades (Taquaril) e bairros de classe média e alta de Belo Horizonte (MG).



Fora da escola sem concluir a educação básica - Jovens (15 a 19 anos)

Jovens com filhos³⁷: 60,8%

Jovens sem filhos: 8,3%

Fonte: PNS/IBGE, 2019.

Nota: Percentual dentro de cada grupo.



Mais de 2,4 milhões de jovens brasileiras de 15 a 29 anos tiveram sua trajetória escolar impactada pela gravidez. A maioria é composta por jovens negras, em situação de desemprego e com menor renda familiar.

Fonte: Juventudes fora da escola – Educação interrompida: jovens mães, juventude negra e os quase lá – uma análise para inspirar políticas públicas e iniciativas intersetoriais³⁸

As desvantagens persistem ao longo da vida: jovens mães apresentam menor inserção no mercado de trabalho em comparação àquelas sem filhos, evidenciando efeitos duradouros da maternidade na adolescência sobre as trajetórias ocupacionais.

Além disso, a maternidade aprofunda desigualdades já existentes, impactando de forma mais intensa as jovens mães pretas e pardas, que estão mais expostas a ocupações precárias, menor proteção social e piores condições de trabalho.

³⁷ Jovens que tiveram pelo menos um parto.

³⁸ FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; FUNDAÇÃO ITAÚ. Juventudes fora da escola – Educação interrompida: jovens mães, juventude negra e os quase lá – uma análise para inspirar políticas públicas e iniciativas intersetoriais. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho; Fundação Itaú, 2024. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/educacao-interrompida-jovens-maes-juventude-negra-e-os-quase-la>



Distribuição percentual por tipo de ocupação - Jovens mães (15 a 29 anos)

Emprego formal

Negras: 36,0%
Branças: 48,8%

Trabalho doméstico e não remunerado

Negras: 17,5%
Branças: 11,1%

Trabalho por conta própria

Negras: 26,4%
Branças: 19,0%

Fonte: PNS/IBGE, 2019.

Nota: Distribuição percentual entre jovens negras e entre jovens brancas.



Os dados revelam associação consistente entre gravidez na fase inicial da adolescência e maior incidência de controle coercitivo e violência por parte de parceiros [...] a complexidade do fenômeno exige respostas intersetoriais e calibradas por faixa etária.

Alessandra Sampaio Chacham


O artigo aponta que políticas públicas universais e indiferenciadas são insuficientes para enfrentar a complexidade da gravidez na adolescência. Destaca-se a necessidade de respostas intersetoriais, que articulem educação, saúde, assistência social e enfrentamento às desigualdades de gênero, com especial atenção à permanência escolar e à ampliação de oportunidades de inserção no trabalho para essas jovens.

Jovens Mulheres nas Carreiras STEAM: educação, trabalho e desigualdades estruturais

Regina Nobre Vargas³⁹ e Anna Maria Canavarro Benite⁴⁰

As desigualdades de gênero e raça se acumulam ao longo das trajetórias educacionais e profissionais, resultando na baixa participação das jovens mulheres, especialmente negras, nas áreas STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática). É o que mostra o artigo de Regina Nobre Vargas e Anna M. Canavarro Benite.

As autoras evidenciam que essas desigualdades não se restringem ao momento de escolha profissional, mas são construídas ao longo da educação básica, por meio de barreiras pedagógicas, culturais e simbólicas que limitam o acesso e a permanência das meninas nessas áreas.



Existe um “funil de gênero” nas carreiras STEAM: as mulheres são maioria entre os jovens ocupados com ensino superior (55%), mas representam apenas 38% nas carreiras STEAM. A desigualdade se intensifica para mulheres negras, que têm a menor participação nesses campos.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

Na educação básica, o desempenho das meninas em matemática e ciências permanece inferior ao dos meninos, refletindo desigualdades no acesso a estímulos, incentivos e referências nessas áreas. Esse cenário reduz as possibilidades de continuidade em trajetórias científicas e tecnológicas.

³⁹ Doutora em Química pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisadora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da UFG.

⁴⁰ Doutora em Ciências/Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora titular do Instituto de Química da UFG.



Aprendizado adequado – Desigualdades por gênero

Estudantes com aprendizado adequado⁴¹ em matemática – 3º ano do ensino médio em escolas públicas

Meninas: 3,8%
Meninos: 6,8%

Estudantes brasileiros com desempenho adequado em matemática no Pisa⁴²

Meninas: 7,2%
Meninos: 11,2%

Fonte: Saeb/INEP, 2023. Pisa 2022. Dados sistematizados pelo Iede.

No mundo do trabalho, essas desigualdades se aprofundam. Mesmo com maior escolaridade, as mulheres estão sub-representadas nas carreiras STEAM e concentram-se em áreas de menor prestígio, enquanto homens, especialmente brancos, ocupam as posições mais valorizadas.



Carreiras STEAM – Desigualdades de gênero e raça

- * Mulheres negras: 10,6%
- * Mulheres brancas: 26,7%
- * Homens negros: 24,8%
- * Homens brancos: 37,9%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

⁴¹ "Aprendizado adequado" é uma classificação não oficial baseada nos níveis do Saeb, que considera estudantes nas categorias Proficiente e Avançado, seguindo parâmetros definidos pelo movimento Todos Pela Educação e adotados pelo QEDu.

⁴² Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a cada três anos com estudantes na faixa dos 15 anos.



Rendimento médio mensal - Desigualdades de gênero e raça

Mulheres: R\$ 4.392

Homens: R\$ 5.452

Mulheres negras (R\$ 4.378) recebem cerca de R\$1.300 a menos que homens brancos (R\$ 5.692)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024.

A análise evidencia que a ampliação do acesso à educação superior não é suficiente para garantir equidade nas áreas científicas e tecnológicas, revelando a persistência de barreiras estruturais na transição entre formação e trabalho.



A leitura integrada dos indicadores educacionais, ocupacionais e de rendimento permite reconhecer que as desigualdades observadas não são pontuais, mas cumulativas e estruturais [...] as jovens negras enfrentam obstáculos que limitam sua presença nas áreas de maior prestígio das ciências.

**Regina Nobre Vargas e
Anna M. Canavarro Benite**

O artigo aponta que a superação dessas desigualdades exige políticas públicas integradas, que articulem formação, acesso, permanência e valorização profissional. Destaca-se a importância de fortalecer a aprendizagem em matemática e ciências desde a educação básica e de ampliar programas que incentivem o ingresso e a permanência de meninas, especialmente negras, nas áreas STEAM, promovendo pertencimento e protagonismo.



PARTE

4

RUPTURAS E VULNERABILIDADES MAIS INTENSAS

Esta seção trata das juventudes com quem o Estado e a sociedade já falharam e, por isso, têm suas trajetórias marcadas por exclusões acumuladas e estigmas: as juventudes em medidas socioeducativas, em situação de trabalho infantil e refugiados. O rótulo de “ex-infrator” bloqueia o emprego formal, a necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho é apontada como a principal razão para o abandono e a evasão escolar e a burocracia na revalidação de diplomas empurra refugiados qualificados para a informalidade precária.

Aqui, a construção de políticas públicas exige uma abordagem intersetorial e empática, reconhecendo que o acesso à educação não é apenas um direito para esses grupos, mas a condição fundamental que viabiliza o resgate de trajetórias e o acesso a todas as outras políticas de proteção social.

Juventudes em Medidas Socioeducativas: barreiras estruturais e caminhos para a inclusão educacional e profissional

Enid Rocha Andrade da Silva⁴³

O artigo de Enid Rocha Andrade da Silva analisa como as exclusões acumuladas na trajetória educacional, especialmente a defasagem escolar, estruturam as trajetórias das juventudes em cumprimento de medidas socioeducativas, condicionam seus percursos institucionais e comprometem suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, sobretudo em ocupações formais.

Nesse contexto, a autora destaca o papel central da educação não apenas como um direito, mas como uma condição que viabiliza ou limita o acesso a políticas públicas, à cidadania e às oportunidades de inserção no trabalho.

⁴³ Economista, doutora em Ciências Sociais e pesquisadora sênior no Instituto de Economia Aplicada (Ipea), Brasília.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera o adolescente em conflito com a lei aquele entre 12 e 18 anos incompletos que pratica ato infracional – conduta análoga a crime ou contravenção penal. Esses adolescentes não estão sujeitos a penas criminais, mas a medidas socioeducativas de natureza pedagógica e responsabilizadora.

Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

De 12.506 adolescentes internados:

- ★ 93,1% são meninos
- ★ 75% têm de 16 a 18 anos, com pico aos 17 anos
- ★ 72,9% são pretos ou pardos

Fonte: SINASE, 2024.

No campo da educação, chama a atenção a precariedade da trajetória escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa expressa, principalmente, na distorção idade-série.

A participação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) com baixa aprovação reforça esse diagnóstico.



Trajетória escola de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Distorção idade-série

54,1% dos adolescentes em medida socioeducativa apresentam atraso escolar contra 17,4% dos estudantes das escolas públicas (anos finais do EF).

Fonte: SINASE e INEP, 2024.



57,7% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa estão no ensino fundamental, embora estejam na idade de cursar o ensino médio.

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Jovens em cumprimento de medida socioeducativa: 11,4%
Jovens em geral: 5%

Certificação via Encceja - adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Nível fundamental

Inscritos: 37%
Obtiveram a certificação: 5,4%

Nível médio

Inscritos: 16,4%
Obtiveram a certificação: 3,5%

Fonte: SINASE e INEP, 2024.

As defasagens educacionais acumuladas e as descontinuidades da trajetória escolar comprometem o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, além de reduzirem as possibilidades de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho – um dos maiores desafios enfrentados por esses adolescentes.



Ocupação durante cumprimento de medida socioeducativa

- ✱ 81,8% não estavam vinculados a qualquer atividade laboral remunerada.
- ✱ 1,5% estavam inseridos em atividades informais.
- ✱ 0,4% exerciam trabalho formal.
- ✱ 0,2% encontravam-se em estágio.

Fonte: SINASE, 2024.

Os adolescentes ainda encontram outras barreiras para ingressar no mundo do trabalho: o estigma e fragilidade das políticas públicas.



Na socioeducação, a educação não constitui apenas um direito entre outros, mas a condição que viabiliza o acesso aos próprios instrumentos de política pública disponíveis para esse público. [...] Nesse contexto, a efetividade das medidas depende da entrada coordenada das políticas públicas no interior das unidades socioeducativas, com continuidade formativa durante e após o cumprimento da medida.

Enid Rocha Andrade da Silva

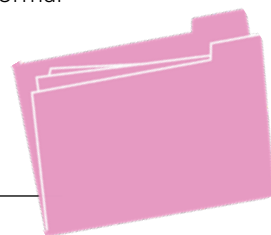
A quebra desse círculo vicioso requer o fortalecimento da articulação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) com a educação e saúde – em especial, saúde mental –, a fim de remover os obstáculos à reconstrução das trajetórias desses adolescentes, mitigando as desvantagens sobrepostas.

Entre a Adolescência e a Vida Adulta: o trabalho infantil invisibilizado de pessoas com idade entre 15 e 17 anos

Katerina Volcov⁴⁴

O trabalho infantil, especialmente entre adolescentes de 15 a 17 anos, permanece como uma violação persistente de direitos no Brasil, impactando diretamente a escolarização, a saúde e as possibilidades de transição para a vida adulta, analisa Katerina Volcov em seu artigo.

A autora destaca que, apesar de uma robusta legislação de proteção, o trabalho infantil continua presente e, em muitos casos, invisibilizado, sobretudo entre adolescentes mais velhos, cuja inserção no trabalho informal tende a ser naturalizada.



⁴⁴ Doutora em Ciências Universidade de São Paulo (USP), Mestra em Ciências – Educação e Saúde na Infância e Adolescência na Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP). Está Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI).

Trabalho infantil no Brasil

- * 1,65 milhão de crianças e adolescentes (5–17 anos) em situação de trabalho infantil.
- * 560 mil nas piores formas de trabalho.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Módulo sobre trabalho de crianças e adolescentes.

O que diz a legislação brasileira

Até 13 anos: Trabalho proibido em qualquer condição.

De 14 a 15 anos: Permitido apenas na condição de aprendiz, com proteção legal.

De 16 a 17 anos: Trabalho permitido, desde que não seja noturno, perigoso ou insalubre.

- * Importante: Adolescentes de 16 a 17 anos em trabalho informal ou irregular, quando realizado em atividades proibidas ou em condições que prejudiquem a frequência escolar, a saúde ou o desenvolvimento, são considerados em situação de trabalho infantil.

Além disso, a dimensão real do problema tende a ser ainda maior, pois os dados oficiais sobre trabalho infantil estão subestimados, já que são coletados por meio de pesquisa domiciliar. Não são captadas plenamente situações como:

- * Adolescentes em medidas socioeducativas.
- * Exploração sexual.
- * Trabalho infantil nas ruas.
- * Novas formas digitais (influenciadores mirins e empreendedorismo infantil).

No campo educacional, o trabalho infantil compromete a permanência e o desempenho escolar. Adolescentes que trabalham apresentam maior exclusão da escola, menor frequência e mais dificuldade de aprendizagem.



Fora da escola sem concluir a educação básica - Adolescentes (15 a 17 anos)

Adolescentes em trabalho infantil: 12,1%

Adolescentes em geral: 4,8%

Principal motivo de não frequentar escola (jovens de 15 a 29 anos)

42% dos jovens de 15 a 29 anos apontam o trabalho como motivo para não frequentar escola

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024

Nota: Percentual dentro de cada grupo.

No mundo do trabalho, a realidade enfrentada por esses adolescentes é marcada por precariedade, longas jornadas e exposição a riscos, evidenciando que o trabalho infantil não representa inserção produtiva qualificada, mas uma forma de exploração.



Trabalho infantil - Adolescentes (16 e 17 anos)

- * 756 mil em situação de informalidade
- * 336 mil nas piores formas de trabalho infantil
- * Mais de 30% trabalham 40 horas ou mais por semana
- * Rendimento médio mensal: R\$ 917

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2024. Módulo sobre trabalho de crianças e adolescentes.

Acidente de trabalho (15 a 17 anos)

- * 5.401 casos, quase 15 por dia, em 2024

Fonte: Sistema de Informação de Agravos e Sinan Net/MS, 2025.



A análise evidencia que o trabalho infantil compromete as trajetórias educacionais e profissionais, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Destaca-se, ainda, que, com base em dados analisados no artigo, adolescentes negros são desproporcionalmente afetados, revelando a intersecção entre trabalho infantil, desigualdades raciais e vulnerabilidade social.



A proteção absoluta das pessoas de 15 a 17 anos precisa ser inserida no centro dos orçamentos e das políticas [...] assegurar financiamento contínuo, integrar ações e fortalecer a permanência na escola são fundamentais para que nenhuma criança, adolescente ou jovem seja explorado.

Katerina Volcov

O artigo aponta que, apesar da existência de marcos legais e programas, o enfrentamento do trabalho infantil ainda é fragmentado. Destaca-se a necessidade de políticas públicas estruturais, com financiamento contínuo, articulação intersetorial e fortalecimento de estratégias como a aprendizagem profissional, a educação em tempo integral e ações de prevenção que garantam o direito à educação e à proteção integral.

Juventudes em Condição de Refúgio no Território Brasileiro: alguns excertos

Mônica Conrado⁴⁵

As juventudes em condição de refúgio vivenciam trajetórias marcadas por interrupções educacionais, dificuldades de inserção no trabalho e múltiplas barreiras institucionais à integração no país, analisa o artigo de Mônica Conrado.

A autora destaca que esses jovens, em muitos casos, tiveram seus projetos educacionais e profissionais interrompidos e enfrentam condições de vida precárias, o que impacta diretamente suas possibilidades de autonomia e inserção no mundo do trabalho.

Um dos principais desafios é a escassez de dados específicos, que invisibiliza essas juventudes nas estatísticas e dificulta a formulação de políticas públicas adequadas às suas realidades.

⁴⁵ Antropóloga. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Refúgio em crescimento no Brasil

- * 156.612 pessoas reconhecidas como refugiadas (2024).
- * 68.159 novas solicitações no mesmo ano.
- * Crescimento de 16,3% nos reconhecimentos (2023–2024).

As juventudes representam parcela significativa dessa população: entre refugiados venezuelanos, 27% têm entre 18 e 30 anos.

Fonte: Conare/MJSP e R4V, 2023.

No campo educacional, as trajetórias dessas juventudes são frequentemente interrompidas e atravessadas por barreiras como:

- * Interrupção frequente das trajetórias escolares.
- * Dificuldade de revalidação de diplomas.
- * Barreiras linguísticas e institucionais.
- * Necessidade de educação intercultural e inclusiva.

No mundo do trabalho, as juventudes em condição de refúgio enfrentam altos níveis de desemprego, inserção precária e dificuldade de acesso a ocupações compatíveis com sua qualificação. A burocracia para regularização documental e o desconhecimento dos sistemas institucionais também dificultam o acesso ao mercado formal.



Trabalho e inserção – Pessoas refugiadas (2023)

- * 55% estavam desempregadas.
- * 14,9% tinham emprego formal.
- * 16,3% estavam na informalidade.

Fonte: ACNUR apud Serrano, 2023.

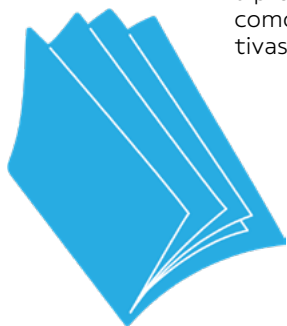
A análise evidencia que, embora a legislação brasileira assegure direitos equivalentes aos dos brasileiros e brasileiras, persistem barreiras práticas relacionadas à origem, raça, gênero e condição social, que limitam o acesso a oportunidades educacionais e profissionais.



Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão efetiva dessas juventudes e o aproveitamento de seu potencial no mercado formal [...] é fundamental dar maior visibilidade aos desafios, obstáculos e peculiaridades das juventudes em condição de refúgio.

Mônica Conrado

O artigo aponta que o enfrentamento desses desafios exige políticas públicas transversais, que articulem educação, trabalho, regularização documental e proteção social. Destaca-se, sobretudo, a necessidade de ampliar a produção de dados e incorporar as juventudes em condição de refúgio como público prioritário nas políticas públicas, garantindo condições efetivas de inclusão e mobilidade social.



CONCLUSÃO

O cenário delineado pelo conjunto de artigos e depoimentos de jovens que compõem a coletânea *Juventudes Brasileiras Minorizadas: análises sobre educação e trabalho para incidência em políticas públicas* aponta para diversas camadas de desafios relativos às trajetórias das juventudes. Ao mesmo tempo, revela suas potencialidades e caminhos para uma inserção educacional, laboral e cidadã.

Nesse sentido, apesar dos avanços nas últimas décadas, os perfis analisados revelam os limites atuais das políticas públicas para as juventudes, suas lacunas, mas, em contrapartida, também sinalizam oportunidades e caminhos para ação.

No campo dos desafios, são visíveis os impactos das desigualdades estruturais de renda e raça na trajetória escolar e, conseqüentemente, na trajetória laboral das diferentes juventudes.

Evidencia-se, então, a centralidade da educação e, em especial da escola pública, para as juventudes: ela é espaço de acolhimento e desenvolvimento de potencialidades e, ao mesmo tempo, um campo de reprodução de desigualdades e de exclusões, geralmente associadas à pre-

cariedade da qualidade do ensino e das condições de oferta. A educação é, ainda, a ponte para o mundo do trabalho, desempenhando um papel fundamental na transição para a vida adulta.

Os artigos revelam um cenário no qual o processo de escolarização dos grupos analisados é marcado por dificuldades de acesso, distorção idade-série e baixos níveis de aprendizagem, reforçando desigualdades e exclusões: eles têm menos oportunidades de acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho do que os jovens com maior renda e escolarização. Como revelam os artigos e os depoimentos desta coletânea, entre os grupos analisados prevalecem a informalidade, os baixos rendimentos e o acesso limitado a oportunidades de trabalho digno.

Importante enfatizar que essas trajetórias não são resultado de escolhas individuais isoladas, mas do acúmulo de desvantagens ao longo do tempo. Entre elas, destacam-se a pobreza persistente, a baixa escolaridade familiar, a oferta educacional insuficiente, o racismo estrutural, as barreiras à acessibilidade, as desigualdades territoriais e a descontinuidade ou ausência de políticas públicas focalizadas.

Nesse contexto, torna-se urgente fortalecer a agenda de políticas públicas que reconheça a diversidade das juventudes e responda de forma mais adequada às suas necessidades e incorpore seus saberes e demandas no processo de formulação e implementação das políticas.

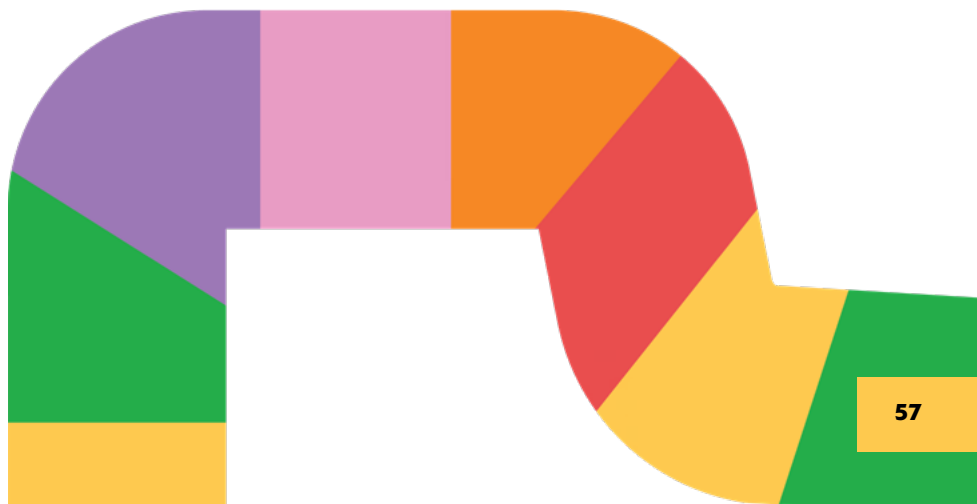
Uma agenda pautada pela ampliação e qualificação do debate sobre as desigualdades que afetam as juventudes, especialmente aquelas que enfrentam maiores barreiras no acesso a direitos. Uma agenda que se configure como Política de Estado, ultrapassem o atual estado de fragmentação e descontinuidade que marcam as políticas para as juventudes.

Outra chave importante para as políticas públicas explicitada na coletânea é a intersetorialidade, visto que a sobreposição de desvantagens que gera barreiras às trajetórias juvenis. Assim, é necessário um olhar sistêmico, que avance na articulação de políticas já existentes e na formulação de novas ações, capazes de mitigar as barreiras.

Dar voz e ampliar a visibilidade de determinados grupos, inclusive nas estatísticas oficiais é outro caminho delineado nas análises e depoimentos aqui apresentados. Dar voz significa instituir canais em que as juventudes possam expressar suas demandas e pontos de vista, de modo que eles sejam reconhecidos e incorporados às propostas para essa população. Já o refinamento da coleta de dados sobre certos grupos, hoje invisibilizados, é a base para a produção de diagnósticos e políticas bem fundamentadas.

O respeito aos modos de vida locais é outra dimensão relevante das políticas para certos grupos, que ganha forma em ações que possibilitem que os jovens tenham oportunidades e condições de estudar, viver e trabalhar em seus próprios territórios.

Percebe-se então que o caminho a ser trilhado passa tanto por ações de fundo, com caráter estruturante e transversal, quanto por iniciativas que focalizem demandas e necessidades específicas.



EXPEDIENTE

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Secretário-Geral da Fundação

Roberto Marinho

João Alegria

Superintendência de Conhecimento

Superintendente de Conhecimento

Rosalina Soares

Núcleo de Pesquisa e Avaliação

Especialista em Dados, Juventudes e Mercado de Trabalho

Katcha Poloponsky

Analistas de Pesquisa e Avaliação

Luana Calzavara

Julia Teixeira

Felipe Santos

Comunicação

Supervisor de Comunicação

Felipe Conrado

Apoio Institucional

Relacionamento Institucional

Assessor para Relações Institucionais

Marcelo Gomes Morand Bentes

Comunicação

Supervisor de Comunicação

Felipe Conrado

Coordenadora de Imprensa

Adriana Martins

Analista de Comunicação

Jaqueline Suarez

Produção

Analista de Produção – apoio à produção executiva do lançamento

Mariana Silva

FUNDAÇÃO ITAÚ - ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO

FUNDAÇÃO ITAÚ

Presidente do Conselho Curador

Alfredo Setubal

Presidente da Fundação Itaú

Eduardo Saron

Comunicação Institucional e Estratégica

Gerência Executiva

Ana de Fátima

Coordenação de Comunicação

Alan Albuquerque

Renato Corch

Simoni Barbiellini

Comunicação Institucional

Maysa Correa

Gestão de Marcas

Aílson Taveira

Helga Vaz

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO

Superintendente interino

Eduardo Saron

Gerência de Pesquisa, Desenvolvimento e Implementação

Gerente

Maria Cláudia Leme Lopes da Silva

Coordenadora

Raquel Sobral Nonato

Analistas

Daniel Greco Aith

Eldson Fernandes de Oliveira

Leticia Alves Costa

Luana Barbosa da Silva Cícone

Gerência de Articulação, Advocacy, Monitoramento e Avaliação

Gerente

Diogo Jamra Tsukumo

Coordenadora

Paloma de Lima Santos

INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO DEBATE EDUCACIONAL (IEDE)

Diretor Executivo

Ernesto Martins Faria

Diretora de Projetos e Comunicação

Lectícia Maggi

Coordenador de Plataformas

Hígor Machado

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Chefe de Educação

Mônica Dias Pinto

Oficial de Educação

Gustavo Heidrich Oliveira

Gerente de Relacionamento com Empresas

Lívia Alves Felix de Mattos

Oficial de Monitoramento e Avaliação

José Gilberto Rodrigues Boari

AUTORES

Alessandra Sampaio Chacham

Álida Angélica Alves Leal

Anna Maria Canavarro Benite

Arthur Cassio de Oliveira Vieira

Enid Rocha Andrade da Silva

Katerina Volcov

Luanda Chaves Botelho

Maíra Penna Franca

Marcus Barão

Maria Albenize Farias Malcher

Melissa Santana de Oliveira

Mônica Conrado

Regina Nobre Vargas

Renan Quinalha

Rita Potyguara

Symaira Poliana Nonato

Ynaê Lopes dos Santos

EDIÇÃO

Marta Avancini


REVISÃO

Mariela B. Mei

ILUSTRAÇÃO E DESIGN

Bruna Tardioli





Agradecemos a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização desta coletânea, especialmente às juventudes que compartilharam seus relatos e experiências, fundamentais para a construção deste trabalho.

Agradecemos, ainda, ao Sávio Nunes, que integrou a equipe de pesquisa da FRM durante boa parte do desenvolvimento do estudo e contribuiu para sua construção.

Em memória de Marcus Barão,

Ele nos ensinou a construir iniciativas lado a lado com as juventudes, a partir da escuta, do diálogo e da ação.

Sua capacidade de articulação e persistência levou a pauta das juventudes a diferentes espaços, no Brasil e no mundo, sempre com o compromisso de fortalecer seus direitos e sua participação.

Autor do excelente artigo que abre esta obra, Barão nos deixa uma reflexão essencial sobre a urgência de transformar ações para e com as juventudes em políticas de Estado.

Sua forma de fazer, coletiva e comprometida, segue nos orientando.
Hoje. Sempre.

